



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES
CNPJ 62.388.566/0001-90
Brasília - DF

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
RELATIVAS AO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em R\$ 1)

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

- (1.1) Com vistas à execução dos trabalhos finais, referente à Auditoria Independente voltada, aos exames das Demonstrações Contábeis dessa entidade, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as análises foram realizadas entre os meses de abril e maio 2018.
- (1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.
- (1.3) Apresentamos a V.S.as. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas composto de:
- I. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
 - II. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
 - . **BALANÇOS PATRIMONIAIS**
 - . **DEMONSTRAÇÕES DOS SUPERÁVITS/DÉFICITS DOS PERÍODOS**
 - . **DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**
 - . **DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
 - . **DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**
 - . **NOTAS EXPLICATIVAS**



**I - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Membros e Filiadas da
Federação Nacional das Apaes - FENAPAES
Brasília - DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES (“Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit/(déficit), do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as empresas de pequeno e médio porte (CPC – PME R1) e sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 6, a Entidade possui registrado na rubrica “Contribuições a receber”, no ativo circulante, o montante líquido de R\$ 1.714.769 (Em 2016, R\$ 1.175.022). Em virtude das deficiências dos controles auxiliares dos saldos naquela data, das devidas ausências de conciliações entre a posição contábil e financeira e de eventos subsequentes que indicassem a realização de tal valor, não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuar procedimentos alternativos de auditoria que possibilitassem assegurar a eficiência e precisão dos valores registrados e divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 07 a Entidade recebeu recursos provenientes de parcerias com empresas privadas de capitalização (APLUBCAP, INVESTCAP, CAPEMISA, APLICAP), por meio de distribuição de certificados de contribuição, utilizando títulos de capitalização na modalidade Incentivo vinculados ao nome da FENAPAES, destinados a execução de projetos na área social das Federações e entidades filiadas. Os procedimentos de controles internos referentes às operações dessa parceria são executados por meio de planilhas eletrônicas do aplicativo Excel. Decorrente de nossas análises e testes de controles internos como forma de subsidiar nossa opinião em face ao aumento significativo das operações não conseguimos obter segurança razoável dos saldos. Desta forma, ficamos limitados de opinar sobre a possibilidade de ajustes para a adequação do saldo do Convênio no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Conforme nota explicativa nº 17 a Entidade efetuou ajustes de exercício anteriores no patrimônio social no valor líquido de R\$ 86.169 referentes a erros imputáveis a exercícios anteriores. No entanto as informações não foram corrigidas e apresentadas retrospectivamente para fins comparativos, conforme determina as normas contábeis, pelo fato da administração considerar impraticáveis os ajustes retrospectivos, dessa forma as demonstrações patrimoniais não estão em conformidade com as normas contábeis pertinentes.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Membros e Filiadas da
Federação Nacional das Apaes - FENAPAES
Brasília - DF

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Continuidade das atividades operacionais

A Entidade em 31 de dezembro de 2017 apresentou déficit de (R\$ 218.476). Neste momento a continuidade das operações é dependente das contribuições das filiadas e de campanhas de doações. A Entidade não tem finalidade lucrativa e depende desses recursos para seu custeio e para o desenvolvimento de seus objetivos sociais. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Continuidade operacional do projeto de contribuição incentivada

Chamamos a atenção para a nota explicativa 29, quanto a indicação do encerramento do projeto de contribuição incentivada, atrelado a publicação da Circular Susep nº 569, de 02/05/2018 que trata sobre a operação de capitalização, as modalidades, elaboração, operação e comercialização de Títulos de Capitalização e dá outras providências, existindo dispositivo nessa Circular que proíbe as entidades beneficentes de assistência social atuar como subscritor de títulos de capitalização e institui nova modalidade para as entidades beneficentes de assistência social, cujas regras entrarão em vigor a partir de 01 de setembro de 2018 e permissão para as sociedades de capitalização operarem até 29 de dezembro de 2018. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Intervenção da Susep na Aplub Capitalização

Chamamos a atenção para a nota explicativa 29, em relação a intervenção da Susep na Aplub Previdência desde 2015, decorrente operação da Polícia Federal denominada de “Operação Trevo”. A Aplub Capitalização, que é controlada da Aplub Previdência, desde 2013 é a principal parceira da Fenapaes na angariação e repasse de contribuições para financiamentos de projetos sociais nas FEAPAES e filiadas, a qual também estaria sob intervenção nos termos do art. 1º da Portaria Susep nº 7109, de 26 de abril de 2018. A intervenção indica incerteza de continuidade operacional desta empresa, caso isso ocorra, as operações entre a **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES** e a Aplub Capitalização podem sofrer reflexos operacionais. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Membros e Filiadas da
Federação Nacional das Apaes - FENAPAES
Brasília - DF

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

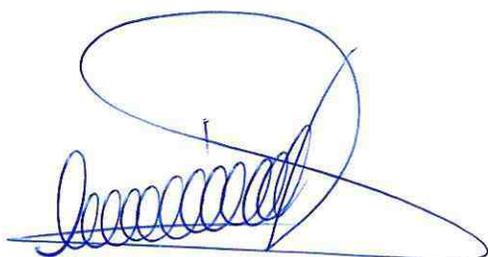
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES**.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Membros e Filiadas da
Federação Nacional das Apaes - FENAPAES
Brasília - DF

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES** se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Hélio do Vale Ribeiro
Contador
CRC – 1 SP 162.349/O-5 T-DF
AUDIGER AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC - DF 507

Brasília - DF, 22 de maio de 2018



II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



ATIVO	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> Reapresentado
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.748.973	18.971.331
Contribuições a receber de filiadas	6	1.714.769	1.175.022
Recursos de parcerias em projetos - Com restrição	7	56.489.907	53.487.157
Estoques	8	198.325	115.851
Despesas antecipadas		15.738	16.746
Adiantamentos	9	175.039	64.785
Tributos a recuperar		106.243	7.684
Outros créditos		130	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		<u>74.449.123</u>	<u>73.838.576</u>
NÃO CIRCULANTE			
Título de capitalização OUROCAP - Sem restrição		200.000	210.000
Título de capitalização OUROCAP - Com restrição	7	220.000	440.000
Empréstimos as Federações Apaes	10	448.333	278.857
Depósitos judiciais e outros créditos		12.679	12.679
Imobilizado	11	2.324.563	2.349.788
Intangível	12	137.038	3.274
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>3.342.614</u>	<u>3.294.598</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>77.791.737</u></u>	<u><u>77.133.175</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

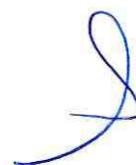


FEDERACAO NACIONAL DAS APAES - FENAPAES
CNPJ: 62.388.566/0001-90
Brasília – DF

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos em R\$ 1)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores a pagar		82.351	22.826
Obrigações tributárias, trabalhistas e encargos sociais	13	241.159	189.883
Recursos de projetos em execução - Com restrição	7	33.752.625	24.006.931
Recursos de convênios em execução - Com restrição	7	37.500.725	46.588.962
Obrigações com filiadas	14	808.589	713.806
Receitas antecipadas		492.502	570.926
Outras obrigações a pagar		6.252	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		<u>72.884.203</u>	<u>72.093.335</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	15	3.318.672	3.246.122
Ajustes de avaliação patrimonial	16	1.659.133	1.721.168
Superávits/(Déficits) acumulados		(70.270)	72.550
TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL		<u>4.907.534</u>	<u>5.039.840</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		<u>77.791.737</u>	<u>77.133.175</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



FEDERACAO NACIONAL DAS APAES - FENAPAES

CNPJ: 62.388.566/0001-90

Brasília – DF

DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVIT'S DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em R\$ 1)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas próprias e com restrição		869.146.456	466.062.588
Receitas de operações próprias	19	6.421.847	5.721.201
Receitas com voluntariado	20	882.628	860.469
Renúncia fiscal	21	25.665.201	13.985.485
Arrecadação na modalidade incentivo - Com restrição	7	836.176.780	445.495.432
Receitas e (Despesas) operacionais		(869.284.793)	(466.702.234)
Repasse para federações estaduais	22	(417.301)	(885.181)
Com pessoal e encargos sociais e assistenciais	23	(2.045.736)	(2.055.282)
Despesas gerais e administrativas	24	(3.379.916)	(3.084.950)
Tributárias		(1.767)	(76.797)
Depreciações e amortizações		(133.202)	(102.667)
Trabalhos voluntário	20	(882.628)	(860.469)
Renúncia fiscal	21	(25.665.201)	(13.985.485)
Despesas com projetos de parcerias - Com restrição	7	(836.176.780)	(445.495.432)
Outras despesas operacionais		(582.261)	(155.970)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(138.337)	(639.646)
(+/-) Resultado financeiro		(80.139)	282.111
Receitas financeiras		2.178.538	343.992
Despesas financeiras		(2.258.677)	(61.881)
Déficit do período		(218.476)	(357.535)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em R\$ 1)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Déficit do período	(218.476)	(357.535)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(218.476)</u>	<u>(357.535)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

FEDERACAO NACIONAL DAS APAES - FENAPAES
CNPJ: 62.388.566/0001-90
Brasília – DF

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
 (Valores expressos em R\$ 1)

	<u>Nota</u>	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Ajuste Avaliação Patrimonial</u>	<u>Superávit (Déficit) acumulado</u>	<u>Total do Patrimônio Social</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2016		2.669.198	1.783.224	576.924	5.029.345
Realização por depreciação do ajuste de avaliação patrimonial 16			(62.056)	62.056	-
Aumento do patrimônio social pela a incorporação do superávit		576.924		(576.924)	-
Ajuste de exercícios anteriores				368.029	368.029
Déficit do período				(357.535)	(357.535)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		3.246.122	1.721.168	72.550	5.039.839
Realização por depreciação do ajuste de avaliação patrimonial 16			(62.036)	62.036	-
Aumento do patrimônio social pela a incorporação do superávit		72.550		(72.550)	-
Ajuste de exercícios anteriores 17				86.169	86.169
Déficit do período				(218.476)	(218.476)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		3.318.672	1.659.133	(70.270)	4.907.534

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



FEDERACAO NACIONAL DAS APAES - FENAPAES
CNPJ: 62.388.566/0001-90
Brasília – DF

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos em R\$ 1)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxos de Caixa das Atividade Operacionais		
Déficit do período	(218.476)	(357.535)
Ajuste para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais		
Depreciações e amortizações	133.202	102.667
Resultado na baixa de imobilizado	3.219	-
Outros ajustes que não afetam o caixa	(209)	3
Ajustes de exercícios anteriores	86.169	368.029
Variações nos Ativos		
(Aumento) Redução de recursos de parcerias em projetos	(3.002.750)	(52.765.814)
(Aumento) Redução de contribuições a receber	(539.747)	(1.175.022)
(Aumento) Redução de estoques	(82.474)	(16.408)
(Aumento) Redução despesas antecipadas	1.009	(15.266)
(Aumento) Redução adiantamentos	(110.254)	(756.615)
(Aumento) Redução tributos a recuperar	(98.559)	(7.684)
(Aumento) Redução outros créditos	(130)	35.609
(Aumento) Redução de títulos de capitalização	230.000	(650.000)
(Aumento) Redução de depósitos judiciais	-	(12.679)
Variações nos Passivos		
Aumento (Redução) Fornecedores a pagar	59.525	(56.373)
Aumento (Redução) Obrigações tributárias, trabalhistas e encargos sociais	51.276	58.149
Aumento (Redução) Recursos de projetos em execução	9.745.694	14.516.471
Aumento (Redução) Recursos de convênios em execução	(9.088.237)	46.430.073
Aumento (Redução) Obrigações com filiadas	94.783	713.806
Aumento (Redução) Receitas antecipadas	(78.425)	(173.252)
Aumento (Redução) Outras obrigações a pagar	6.252	-
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(2.808.131)</u>	<u>6.238.159</u>
Fluxo de caixa das Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(244.751)	(242.509)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS	<u>(244.751)</u>	<u>(242.509)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos as Federações APAES	(240.000)	-
Recebimento de empréstimos as Federações APAES	70.523	21.796
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS	<u>(169.477)</u>	<u>21.796</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	<u>(3.222.358)</u>	<u>6.017.446</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	18.971.331	12.953.885
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>15.748.973</u>	<u>18.971.331</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	<u>(3.222.358)</u>	<u>6.017.446</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

FENAPAES
FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES
CNPJ/MF Nº 62.388.566/0001-90
Brasília - DF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais ou, abreviadamente, Federação Nacional das APAES – FENAPAES, fundada em 13 de julho de 1963, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, é uma Associação Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, constituída por Associações formadas por federações estaduais e outras entidades análogas, sendo uma entidade filantrópica de caráter beneficente de assistência social, de assessoramento, de defesa e garantia de direitos com foco no fortalecimento do movimento social da pessoa com deficiência, formação e capacitação de lideranças, defesa, efetivação e construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nas áreas da educação, saúde, formação para o trabalho, esporte, cultura, estudo e pesquisa, que tem como missão promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o movimento perante os organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas APAES, na perspectiva da inclusão social de seus usuários. Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) com validade de 28.11.2015 a 27.11.2018, conforme processo nº 71000.003638/2016-35, publicado na Portaria nº 126, item 10, de 17 de dezembro de 2016, publicado no D.O.U. de 18/12/2015. Sendo certo que manterá seu status de certificação desde que promova, nos termos da Lei nº 12.101/2009 e seus regulamentos, protocolo tempestivo do pedido de renovação do CEBAS para o triênio 2019 a 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordos com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, a ITG 2002 (R1) sobre Entidades sem finalidade de lucros, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), vigentes no exercício de 2017.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, exceto de outro modo indicado.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração, em 22 de maio de 2018.



a) Reclassificação de saldo no balanço patrimonial levantado em 31/12/2016.

Descrição	Saldo original 31/12/2016	Reclassificação	Saldo reclassificado em 31/12/2016
<u>Ativo circulante</u>			
Recursos de parcerias em projetos - Com restrição	52.765.814	721.343	53.487.157
Adiantamentos	786.128	(721.343)	64.785
Total	53.551.942	-	53.551.942

3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As Demonstrações Contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Livro Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Superávit e/ou (Déficit) - Receitas e Despesas

A Entidade tem como prática a adoção do regime de competência para o reconhecimento das receitas, custos e despesas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. As receitas são mensuradas pelo valor justo e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, com reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária de livre movimentação, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata que estão sujeitos a baixo risco de mudança de valor de mercado.

c) Aplicações financeiras de liquidez imediata

São consideradas como equivalentes de caixa e estão detalhadas na nota explicativa 5, estão demonstradas pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.



d) Créditos e outros recebíveis

Os valores a receber são registrados e mantidos no Balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização, considerando o regime de competência de exercício. A Entidade não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual poderá ser constituída e modificada em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos.

e) Demais ativos

Os demais ativos circulantes e realizáveis à longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo. Os direitos realizáveis após os 12 meses subsequentes à data das Demonstrações Contábeis são considerados como não circulantes.

f) Ativo imobilizado

Esses ativos correspondem aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Entidade. São demonstrados pelo valor do custo de aquisição ou construção, deduzidos das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica, que é estimada como segue.

- . Edificações e construções: 40 anos
- . Instalações: 10 anos
- . Móveis e utensílios: de 5 a 10 anos
- . Máquinas e equipamentos: 5, 8 e 10 anos
- . Equipamentos de processamento de dados: 5 anos

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos dos itens do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

g) Ativo intangível

Esses ativos correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear, no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Redução ao valor recuperável: Não houve indicações de perda de valor do ativo intangível. Portanto, a Entidade não identificou nenhuma evidência que justifique a necessidade de provisão.

h) Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A administração da Entidade não verificou evidências claras na data do balanço patrimonial de desvalorização de ativos imobilizados e intangíveis. Caso se identifique tais evidências futuramente, a Entidade estimará o valor recuperável do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder



seu valor recuperável, a Entidade reconhecerá uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, será realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

i) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial, quando aplicável. As obrigações vincendas após os 12 meses subsequentes à data das Demonstrações Contábeis são consideradas como não circulantes.

j) Provisão para contingências

A Entidade não constituiu provisão para contingências por não haver elementos que subsidiem sua criação. Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

k) Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado e Provisão para crédito liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas anualmente, ou quando necessário.

l) Imunidade e isenções usufruídas

Na qualidade de Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza de imunidade e de isenções de impostos e contribuições. No âmbito federal goza da imunidade tributária prevista na alínea “c” do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal e da isenção disciplinada pelo o art. 15 da Lei nº 9.532 de 10/12/97 e adicionalmente, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composto pelos recursos em espécie, saldos de contas bancárias e aplicações financeiras à disposição da Entidade na data do Balanço. O valor das disponibilidades sofreu um aumento de



51,18%, ocasionado pelo início da arrecadação através da modalidade incentivo e do aumento do número de praças durante o exercício.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	3.052	2.525
Bancos conta movimento - Sem restrição	221.662	221.808
Bancos conta movimento - Com restrição	2.070.747	69.692
Aplicações de financeiras - Sem restrição	981.830	1.633.282
Aplicações de financeiras - Com restrição	<u>12.471.681</u>	<u>17.044.024</u>
Total	<u>15.748.973</u>	<u>18.971.331</u>

As contas banco movimento registram o saldo demonstrado no extrato das contas bancárias, acrescido dos depósitos bloqueados e deduzidos dos cheques e ordens de pagamentos emitidas e não compensadas até a data do Balanço.

As aplicações financeiras correspondem à Curto Prazo Automático - CPA, remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas a qualquer momento de acordo com a necessidade de recursos da Entidade para custeamento das despesas administrativas e dos projetos vinculados a estas aplicações.

6. CONTRIBUIÇÕES A RECEBER

Correspondem as contribuições das entidades filiadas, previstas no artigo 89 do Estatuto Social, sendo estipuladas anualmente por proposta da Diretoria Executiva da Federação Nacional das Apaes, aprovada pelo Conselho de Administração e pelas campanhas anuais da Apae Noel.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contribuições a receber de filiadas	1.617.178	1.380.971
Campanhas Apae Noel a receber	-	116.601
Valor a receber FEAPAES -SP - 25%	430.165	-
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(332.574)</u>	<u>(322.550)</u>
	<u>1.714.769</u>	<u>1.175.022</u>

Na Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) foi considerado a realidade das Entidades Filiadas, a Administração entende por justo a constituição de PCLD para valores vencidos acima de dois anos apurados sobre a parcela pertencente a Federação, já descontado o valor do repasse às Federações previstos no Estatuto Social.

7. RECURSOS DE PROJETOS E CONVÊNIOS VINCULADOS

Referem-se a recursos oriundos de título de capitalização na modalidade "Incentivo", cuja destinação está vinculada através de resoluções de diretoria para realização dos projetos e ações previstos no estatuto da FENAPAES. Na modalidade incentivo os Angariadores são responsáveis



pela caução dos valores necessários à realização dos sorteios dos títulos e promover as doações dos certificados de contribuição em nome da FENAPAES.

		<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo circulante - Com restrição			Reapresentado
Banco conta movimento		2.070.747	69.692
Aplicações financeiras		<u>12.471.681</u>	<u>17.044.024</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa		14.542.428	17.113.716
Adiantamento a angariadores	(ii)	54.510.306	52.304.855
Adiantamento a fornecedores grandes eventos		195.299	721.343
Valor a receber da FEAPAES – SP com restrição - 75%		1.218.389	-
Empréstimos concedidos		200.000	-
Prestação de contas de angariadores	(iii)	206.294	460.959
Valores a receber de angariadores		152.369	-
Software para congresso		<u>7.250</u>	<u>-</u>
Créditos de parcerias em projetos - Circulante		56.489.907	53.487.157
Título de capitalização OUROCAP de longo prazo		220.000	440.000
Total de créditos com parcerias		<u>56.709.907</u>	<u>53.927.157</u>
Recursos vinculados a parcerias privadas	A	<u>71.252.335</u>	<u>71.040.873</u>
Passivo circulante - Com restrição			
Recursos para projetos FENAPAES	(i)	33.752.625	24.006.931
Obrigações com angariadores contratados	(ii)	37.294.432	46.128.003
Provisão de despesas para angariadores	(iii)	<u>206.294</u>	<u>460.959</u>
Total de convênios em execução		37.500.725	46.588.962
Obrigações vinculadas a parcerias privadas	B	<u>71.253.350</u>	<u>70.595.893</u>
Receitas e despesas - Com restrição			
Receitas da parceria na modalidade incentivo		836.176.780	445.495.432
Despesas da parceria na modalidade incentivo		(802.707.918)	(428.315.337)
Recursos destinados a projetos FENPAES (Nota 18)		<u>(33.468.862)</u>	<u>(17.180.095)</u>
Resultado das parcerias	C	<u>-</u>	<u>-</u>
Divergência (D=A-B-C) (iv)	D	(1.015)	444.980



- (i) Referem-se ao saldo disponível para aplicação nos projetos das Federações Estaduais e APAES e para custeamento dos Grandes Eventos da entidade, decorrente do resultado do convênio celebrado entre as empresas de capitalização e angariadoras. No ano de 2017 os recursos destinados à realização de projetos apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo 31/12/2016	(+) Valor Disponibilizado	Valor Aplicado e Ajustes (-)	Saldo 31/12/2017
Grandes Eventos	1.990.655	3.595.750	2.823.228	2.763.178
Grandes Eventos - Inscrições	502.175	826.242	16.450	1.311.967
Recursos Fundo Solidário	1.891.517	1.983.511	-	3.875.028
FEAPAES Conveniadas – Projeto	17.437.125	28.498.701	23.455.458	22.480.368
FEAPAES Não Conveniadas - Projeto	2.185.458	4.035.725	2.899.100	3.322.084
Total de recursos para projetos	24.006.931	38.939.930	29.194.236	33.752.625

- (a) Corresponde a um fundo de reserva criado com a finalidade de atender as entidades filiadas em emergência, conforme ata de reunião da Diretoria Executiva realizada em 19/11/2016 e registrada sob nº 134493 no Registro das Pessoas Jurídicas do DF. Seus recursos provêm dos rendimentos das aplicações financeiras das contas bancárias de aplicações com restrição modalidade incentivo.
- (b) Referem-se ao saldo disponível para os projetos das Federações Estaduais e APAES e para custeamento dos Grandes Eventos da entidade, decorrente do resultado do convênio celebrado entre as empresas de capitalização e angariadoras.
- (ii) Referem-se aos valores adiantados recebidos das empresas angariadoras na forma de “caução financeira” para a realização dos sorteios promovidos pelos mesmos, sendo que este valor será devolvido no prazo de 60 (sessenta) dias após a realização dos sorteios, acrescidos de correção monetária. Conforme disposição contratual estes valores poderão ser compensados para a realização de sorteios futuros.
- (iii) Referem-se ao saldo das prestações de contas que os Angariadores possuem para compensar ou deduzir nos próximos sorteios, conforme disposto em contrato de prestação de serviços para angariação de contribuições do projeto de contribuição incentivada.
- (iv) Procedeu-se a reconciliação das contas do convênio na modalidade incentivo em 2016 no correr de 2017, no entanto restou diferença a conciliar de R\$ 1.015.



8. ESTOQUES

Os estoques estão demonstrados pelos bens adquiridos pela FENAPAES, que serão entregues aos ganhadores dos sorteios de campanhas realizadas pela a Federação.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prêmio de campanha Apae Noel	198.325	115.851

9. ADIANTAMENTOS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Adiantamento a fornecedores	130.842	17.340
Adiantamento a empregados	42.865	40.654
Outros adiantamentos	1.332	6.791
Total	<u>175.039</u>	<u>64.785</u>

O adiantamento a fornecedores constitui na sua maioria por valores pagos aos fornecedores a título de antecipação para reserva de hospedagem de grandes eventos ocorridos nos períodos.

O adiantamento a empregados corresponde a valores de férias, os quais serão descontados proporcionalmente aos dias efetivamente gozados, e valores concedidos a título de adiantamento de salários, que serão descontados conforme acordado com a administração.

Outros adiantamentos correspondem a valores pagos como adiantamento para viagens de colaboradores e custeamento de despesas de pequeno valor.

10. EMPRÉSTIMOS ÀS FEDERAÇÕES/APAES

São representados pelos valores a serem recebidos decorrentes de empréstimos concedidos às entidades filiadas, de modo a viabilizar os atendimentos prestados pelas entidades beneficiadas, os quais serão ressarcidos à FENAPAES conforme previsto em contrato específico.

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Concessões</u> <u>no período</u>	<u>Perdas /</u> <u>Compensações</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>
Federação das APAES do Estado de Maranhão	60.000	-	-	60.000
APAE do Rio de Janeiro	128.333	240.000	-	368.333
Federação das APAES do Estado de Mato Grosso	34.319	-	(34.319)	-
Federação das APAES do Estado de Mato Grosso do Sul	16.204	-	(16.204)	-
Federação das APAES do Estado do Amazonas	20.000	-	(20.000)	-
APAE de Manaus	20.000	-	-	20.000
Total	<u>278.857</u>	<u>240.000</u>	<u>(70.523)</u>	<u>448.333</u>

11. ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou valor de avaliação, deduzido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com taxas estabelecidas pelo tempo de vida útil do bem.

Item	Valor líquido 31/12/2016	Aquisições	Ajustes	Alienações / Baixas	Depreciação do Período	Valor líquido 31/12/2017	Taxa Anual
Terrenos	176.680	-	-	-	-	176.680	-
Edificações e construções	1.999.858	-	2.691	-	(53.840)	1.948.708	2,50%
Instalações	39.487	33.200	-	-	(7.633)	65.054	10%
Móveis e utensílios	26.871	-	268	(3.219)	(8.826)	15.094	10% e 20%
Equipamentos de informática	76.349	39.707	-	-	(24.690)	91.367	20%
Máquinas e equipamentos	30.544	7.999	-	-	(10.883)	27.660	10% a 20%
Total	2.349.788	80.906	2.959	(3.219)	(105.872)	2.324.563	

Não foram verificadas evidências claras de desvalorização dos bens suficientes para subsidiar a constituição de provisão para *impairment*. A administração da Entidade fará nova avaliação sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Serão realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados da atividade durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e; (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo.

12. ATIVO INTANGÍVEL

Item	Valor líquido 31/12/2016	Aquisições	Alienações / Baixas	Depreciação do Período	Valor líquido 31/12/2017	Taxa Anual
Software	2.834	163.844	-	(30.009)	136.669	20%
Marcas e Patentes	440	-	-	(71)	368	14,29%
Total	3.274	163.844	-	(30.080)	137.038	

A aquisição de um sistema de gestão financeira e administrativa, por parte da Federação, decorre da necessidade de melhoramento dos procedimentos de controles internos e facilitar as operações nos

setores de: tesouraria, contas a receber, contas a pagar, orçamento e customização dos departamentos e projetos.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Encargos trabalhistas a recolher	241.140	188.749
Salários a pagar	-	
INSS a recolher	8.304	8.264
FGTS a recolher	14.371	13.163
IRRF sobre folha a recolher	28.282	21.494
PIS sobre folha a recolher	-	2.195
Férias a pagar	176.239	132.190
FGTS sobre férias a pagar	13.944	10.520
PIS sobre férias a pagar	-	922
Retenções na fonte a recolher	20	1.135
IRRF a recolher	-	78
CSRF a recolher	20	262
ISS retido a recolher	-	795
	-	
Total	<u>241.159</u>	<u>189.883</u>

14. OBRIGAÇÕES COM FILIADAS

Refere-se às obrigações da Entidade com as Federações Estaduais que são determinadas conforme a seguinte base de cálculo:

- a) 50% dos recursos recebidos das Apaes filiadas, a título de anuidade, previsto no artigo 89 do Estatuto da Entidade;
- b) Os recursos recebidos da Campanha Apae Noel são repassados para as Federações Estaduais, com distribuição na forma a seguir:

Dos bilhetes cujos valores são de R\$ 10,00 (dez reais) cada, as Apaes têm até o dia 31 de dezembro de cada ano, para realizar o pagamento através do boleto bancário, que deve ser pago pelo valor integral.

Demonstrativo de distribuição da arrecadação dos bilhetes:

- ✓ Aproximadamente 70% (valor bruto) do Bilhete - ficam com a APAE's*
- ✓ Aproximadamente 20% (valor bruto) do Bilhete - ficam com a FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO.



✓ Aproximadamente 10% (valor bruto) do Bilhete - ficam com a FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAE's

*Dos 70% são retirados 6% para os fundos do Tesouro Nacional e a taxa de manutenção da Campanha para as Apaes, valor rateado entre todas as entidades.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Repasses a pagar filiadas de contribuições	808.589	690.485
Repasses a pagar Apae Noel	-	23.321
Total	<u>808.589</u>	<u>713.806</u>

Contribuições de filiadas

<u>Ano</u>	<u>Contribuição</u>	<u>Perc.</u>	<u>Valor repasse</u>
2012	108.807	50%	54.403
2013	149.137	50%	74.569
2014	179.059	50%	89.529
2015	228.145	50%	114.073
2016	363.129	50%	181.565
2017	588.901	50%	294.450
Total	1.617.178		808.589

Contribuições de filiadas - 2016

<u>Ano</u>	<u>Contribuição</u>	<u>Perc.</u>	<u>Valor repasse</u>
2012	145.615	50%	72.808
2013	187.717	50%	93.859
2014	239.197	50%	119.598
2016	303.305	50%	151.652
2017	505.137	50%	252.569
Total	1.380.971		690.485

Campanha APAE Noel - 2016

<u>Ano</u>	<u>Contribuição</u>	<u>Perc.</u>	<u>Valor repasse</u>
2012	4.752	20%	950
2013	8.554	20%	1.711
2014	32.050	20%	6.410
2016	24.872	20%	4.974
2017	46.373	20%	9.275
Total	116.601		23.321

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

É apresentado em valores atualizados e composto pelo Patrimônio Social, acrescido dos valores dos superávits, dos ajustes dos exercícios anteriores e diminuído dos déficits ocorridos. Os superávits, quando ocorrem, são destinados à manutenção das atividades para atender aos dispositivos legais vigentes e o Princípio Contábil da Continuidade da Entidade. A Entidade não distribui qualquer parcela de seus resultados e não remunera sua Diretoria a qualquer título ou pretexto.

16. REALIZAÇÃO E AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A FENAPAES realizou por depreciação o ajuste de avaliação patrimonial, conforme segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ajustes de avaliação patrimonial inicial	1.721.168	1.783.224
Realização do juste da avaliação patrimonial	<u>(62.036)</u>	<u>(62.056)</u>
	<u>1.659.133</u>	<u>1.721.168</u>

17. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O efeito dos ajustes de exercícios anteriores registrados no exercício foi um superávit de R\$ 86.169 (Em 31/12/2016 R\$ 368.029), cujo valor será incorporado ao Patrimônio Social juntamente com o saldo acumulado de 2017, após aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017.

Conta Contábil	Motivo do Ajuste	Tipo	Valor R\$
2113110 – Fornecedores Dell Computadores	Correção de Erro Imputável – Registrado como despesa no exercício anterior indevidamente	C	809,96
211113 – Bolsa Auxilio a Pagar	Correção de Erro Imputável – Registrado como despesa no exercício anterior indevidamente	C	750,00
124111 - Software Informática	Correção de Erro Imputável – Registrado como despesa no exercício anterior indevidamente	C	80.300,00
12321– Depreciações Acumuladas	Correção de Erro Imputável – Ajuste depreciação a maior	C	2.908,31
112133 - Empréstimo Federação das Apaes Estado MT	Registro Extemporâneo – Despesa de exercício anterior	D	(4.319,13)
114121 - Adiantamento de Salários	Registro Extemporâneo – Despesa de exercício anterior	D	(2.055,18)
123122 - Móveis e Utensílios	Registro Extemporâneo – Despesa de exercício anterior	D	(3.219,00)
114132 - Adiantamento para Viagens	Registro Extemporâneo – Despesa de exercício anterior	D	(39,50)
17521 - Amortizações	Correção de Erro Imputável – Ajuste depreciação a menor	D	(2.699,17)
111211 - Bco do Brasil C/C 41.484-0 Movimento em Geral	Correção de Erro Imputável – Registrado como despesa no exercício anterior indevidamente	C	7.603,34
1112112 - Bco do Brasil C/C 41.486-7 Uniapae	Correção de Erro Imputável – Registro de receita de exercício anterior	D	(150,00)
112161 - Ressarcimento de Terceiros	Registro Extemporâneo – Despesa de exercício anterior	C	28.028,28

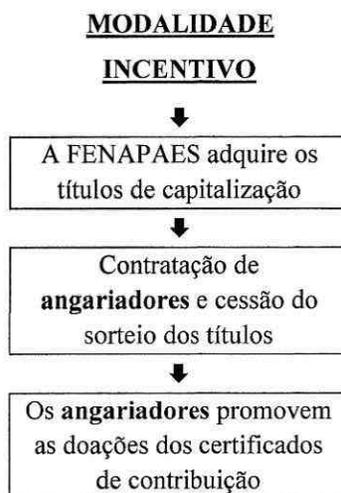
2113216 – Prestadores de Serviços a Pagar	Correção de Erro Imputável – Registrado como despesa no exercício anterior indevidamente	C	5.803,86
114141 - Adiantamento Angariadores	Registro Extemporâneo – Receita de exercício anterior	C	131,38
111221 -Pagamento Comissão Mdm8 - Mais Cap Modalidade Popular 2015	Registro Extemporâneo – Despesa de exercício anterior	D	(27.683,79)
Total			86.169,36

18. PROJETO DE CONTRIBUIÇÃO INCENTIVADA

Modalidade Incentivo

A Federação Nacional das APAES passou para estipulante, no modelo incentivo, onde o título de capitalização é vinculado a um evento promocional de incentivo ou de premiação para a arrecadação de doações.

Nesta modalidade a FENAPAES adquire uma ou mais séries de títulos e contrata angariadores para organização e realização dos sorteios dos títulos. A empresa de capitalização realiza a apuração dos sorteios e o pagamento dos prêmios. Após a realização dos sorteios e decorridos o prazo de 60 dias para resgate do título de capitalização, o valor retorna para a FENAPAES para o pagamento de despesas e execução de projetos.



O convênio entre as sociedades de capitalização e a FENAPAES está presente em 26 Estados da Federação através de 23 produtos conveniados que beneficiam diretamente diversas APAES do Brasil. Atualmente a FENAPAES possui parceria com três empresas privadas de capitalização:

APLUB Capitalização – APLUBCAP
Invest Capitalização – INVESTCAP
Aplicap Capitalização – APLICAP
Capemisa Capitalização - CAPEMISA

Conforme dispõe a Resolução nº 006, de 15 de novembro de 2013, os recursos líquidos oriundos da “modalidade incentivo” são distribuídos da seguinte forma:



80% →	Distribuídos para os Estados da Federação que possuem produto – mediante apresentação de projetos.
20% →	Repassados para a Federação Nacional das APAES, a qual fará a seguinte destinação: → 40% Destinado para as Federações que não possuem produto. → 35% Destinado para a realização dos Grandes Eventos. → 25% Despesas de manutenção da FENAPAES.

Resultado da Modalidade Incentivo – Por UF: A modalidade apresenta em 2017 o seguinte resultado por estado:

UF	MODALIDADE INCENTIVO 2017					Total distribuir
	Receitas	Despesas	Resultado	80% FEAPAES Conveniadas	FENAPAES 20%	
AC	30.667.440	29.441.002	1.226.437	981.150	245.287	1.226.437
AL	21.764.452	20.893.996	870.457	696.365	174.091	870.457
AM	31.802.254	30.530.276	1.271.979	1.017.583	254.396	1.271.979
AP	337.037	69.712	267.324	213.859	53.465	267.324
BA	46.113.763	44.269.321	1.844.441	1.475.553	368.888	1.844.441
DF	40.579.612	38.817.233	1.762.379	1.409.904	352.476	1.762.379
ES	35.999.898	34.560.011	1.439.887	1.151.909	287.977	1.439.887
GO	27.175.059	26.251.802	923.256	738.605	184.651	923.256
MG	170.171.630	163.612.819	6.558.811	5.247.049	1.311.762	6.558.811
PA	40.317.216	38.705.042	1.612.174	1.289.739	322.435	1.612.174
PE	74.948.144	71.950.315	2.997.829	2.398.263	599.566	2.997.829
PR	55.554.517	53.337.442	2.217.074	1.773.660	443.415	2.217.074
RO	28.087.612	26.965.914	1.121.698	897.358	224.340	1.121.698
RR	21.956.381	21.078.126	878.255	702.604	175.651	878.255
RS	152.546.233	146.446.637	6.099.595	4.879.676	1.219.919	6.099.595
SE	5.896.085	5.611.118	284.967	227.974	56.993	284.967
SP	51.870.464	49.791.107	2.079.357	1.663.486	415.871	2.079.357
TO	388.984	376.044	12.940	10.352	2.588	12.940
Total	836.176.780	802.707.918	33.468.862	26.775.089	6.693.772	33.468.862

Resultado da Modalidade Incentivo – Por Produto: A modalidade apresenta o seguinte resultado no exercício de 2017:

Destinação do Resultado da Modalidade Incentivo: Em atendimento a Resolução nº 006, de 15 de novembro de 2013, foram realizadas as seguintes destinações dos recursos oriundos da modalidade incentivo:



Destinações	%	31/12/2017	31/12/2016
FEAPAES Conveniadas - Projeto	80%	26.775.089	13.744.085
Federação Nacional das APAES	20%	6.693.772	3.436.011
→ FEAPAES Não Conveniadas - Projeto	40%	2.284.684	1.374.404
→ Grandes Eventos	35%	2.002.393	1.202.604
→ Manutenção Controladoria	25%	1.434.036	859.003
Total de recursos destinados para projetos	100%	33.468.862	17.180.095

Utilização do Resultado da Modalidade Incentivo (20%): No exercício de 2017 foram efetivamente aplicados os seguintes valores:

Destinação FENAPAES		Aplicação dos Recursos					
Tipo de Modalidade		Valor Repassado para Projetos			Manutenção Controladoria		Total
		FEAPAES Conveniadas	FEAPAES Não Conveniadas	Grandes Eventos	Pessoal	Viagens	
Incentivo	33.468.862	21.344.704	2.953.678	2.823.228	2.045.736	1.566.114	30.733.460

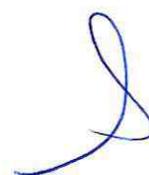
19. RECEITAS OPERACIONAIS PRÓPRIAS

A Entidade realiza campanhas e projetos para geração de receitas que viabilizam suas atividades.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Projeto Apae Energia	1.509.845	1.668.884
Campanha Apae Noel	570.926	872.865
Contribuições Filiadas	1.069.851	1.405.993
Manutenção Modalidade Incentivo	2.531.732	1.379.240
Doações voluntárias	538	-
Campanha Cartão Bradesco	23.561	28.212
Reversão de provisões	434.545	-
Outras Receitas	280.848	366.007
Total de Receitas	<u>6.421.847</u>	<u>5.721.201</u>

20. VALOR JUSTO DOS TRABALHOS VOLUNTÁRIOS

A Federação mensura e reconhece o trabalho voluntário pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, conforme dispõe o item 19 da ITG-2002 (R1) – Entidade sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12. Os trabalhos voluntários identificados pela Administração como tendo sido prestados nos exercícios de 2017 e 2016, bem como os seus valores justos, estão apresentados no quadro a seguir:



Órgão	Integrantes	31/12/2017	31/12/2016
Diretoria Executiva	9	230.118	224.341
Conselho Fiscal	6	12.706	12.388
Conselho de Administração	24	40.660	39.642
Coordenadorias Nacionais	8	599.145	584.098
Total		882.628	860.469

Esses valores foram reconhecidos na Demonstração do Superávit na rubrica de “Recursos Obtidos com Voluntariado”, com contrapartida na rubrica de despesas “Trabalho Voluntário”. O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que a Federação estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário. Nesse sentido a administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações nos salários pagos pela própria Federação aplicados por analogia a função desempenhada em cada órgão voluntário, proporcionais ao número de dias úteis os quais cada membro ficou à disposição da Entidade.

21. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) com validade de 28.11.2015 a 27.11.2018, conforme processo nº 71000.003638/2016-35, publicado na Portaria nº 126, item 10, de 17 de dezembro de 2015, publicado no D.O.U. de 18/12/2015, no qual usufrui da Isenção Tributária. Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09 entidades beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

	31/12/2017	31/12/2016
INSS cota patronal	305.425	304.383
Cota a outras entidades	67.610	66.654
Cota ao RAT	15.025	29.624
Cofins	25.261.870	13.584.824
Pis	15.271	-
Total	25.665.201	13.985.485

Contribuição Previdenciária

A isenção usufruída da contribuição previdenciária foi registrada mensalmente, conforme a Resolução CFC 2016/ITG2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, tendo como base os valores da folha de pagamento dos funcionários e autônomos.

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

A isenção usufruída da COFINS foi registrada mensalmente, conforme a Resolução CFC 2016/ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, tendo como base o faturamento da Entidade.

22. DESPESAS COM AS FEDERAÇÕES ESTADUAIS

A Entidade, mediante regulamentos internos, contratos e estatuto social, possui acordos para destinação de parte dos valores recebidos para as Federações Estaduais, referente às contribuições das filiadas.

UF	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AM	(5.002)	(17.075)
BA	(10.870)	(29.429)
CE	(2.095)	(10.819)
ES	(5.513)	(13.293)
GO	(4.927)	(11.224)
MA	(845)	(3.961)
MG	(93.100)	(174.157)
MS	(4.970)	(19.183)
MT	(3.126)	(10.003)
PA	(3.664)	(16.994)
PB	(493)	(5.226)
PE	(234)	(7.463)
PI	(1.502)	(4.989)
PR	(84.499)	(183.006)
RJ	(2.148)	(16.583)
RN	(8.001)	(16.307)
RO	-	(7.956)
RS	(48.561)	(99.164)
SC	(73.865)	(96.505)
SE	(911)	(8.692)
SP	(57.561)	(121.860)
TO	(5.414)	(11.292)
Total	<u>(417.301)</u>	<u>(885.181)</u>

23. DESPESAS COM PESSOAL

Evidenciam-se abaixo os gastos com pessoal contratado necessário à manutenção das atividades da Entidade.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remuneração	(1.548.220)	(1.247.829)
Benefícios	(327.266)	(318.093)
Encargos Sociais	(170.250)	(454.278)
Outros gastos	-	(35.083)
	<u>(2.045.736)</u>	<u>(2.055.282)</u>

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Serviços de terceiros	(1.058.512)	(714.420)
Estrutura geral e manutenção	(274.385)	(237.486)
Materiais e almoxarifado	(138.408)	(37.539)
Estádias, Transporte e locomoção	(1.593.941)	(1.391.422)
Utilidades e serviços	(244.231)	(404.035)
Seguros	(4.314)	(6.095)
Gastos Gerais	(66.124)	(293.953)
Total	<u>(3.379.916)</u>	<u>(3.084.950)</u>

25. OBRIGAÇÕES DA ÁREA SOCIAL PARA FINS DE CEBAS

a) Gratuidades Concedidas

Todas as despesas são consideradas benefícios concedidos aos beneficiários da Federação em atendimento a sua missão estatutária. Os recursos da Federação são destinados diretamente à assistência social, ao assessoramento, defesa e garantia de direitos com foco no fortalecimento do movimento social da pessoa com deficiência, formação e capacitação de lideranças, defesa, efetivação e construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nas áreas da educação, saúde, formação para o trabalho, esporte, cultura, estudo e pesquisa.

b) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

A Entidade possui certificado com validade de 28/11/2015 a 27/11/2018, conforme processo nº 71000.003638/2016-35, publicado na Portaria nº 126, item 10, de 17 de dezembro de 2015, publicado no D.O.U. de 18/12/2015. Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Entidade

são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Assistência Social (PNAS), regulamentadas pelo Decreto Nº 6.308/07, Resolução do CNAS Nº 109/09 e Resolução CNAS Nº 16/10, sendo, portanto, inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) atendendo os seguintes requisitos:

- I – proporciona a prestação de serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação;
- II - quantifica e qualifica suas atividades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos de acordo com a Política Nacional de Assistência Social;
- III - demonstra potencial para integrar-se à rede sócio assistencial, ofertando o mínimo de sessenta por cento da sua capacidade ao SUAS; e
- IV – proporciona a disponibilização desses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS.

e) Formalização dos projetos Sociais

A Entidade no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais formaliza em cada Projeto Social: os objetivos do mesmo, origem de recursos, infraestrutura, tipificação dos serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

26. ORIGEM DOS RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS

A Entidade, em atendimento a Lei nº 12.101/09, ao Decreto nº 8.242/14 e Resolução do CNAS nº 16/10, para realização de suas atividades de assistência social (fins), demonstra no quadro abaixo as fontes de recursos (art. 88 do Estatuto Social) para cumprimento de seus objetos sociais:

TIPIFICAÇÃO DAS RECEITAS PARA MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS

Rubrica Contábil	Valor Contábil realizado	Valor Contábil à receber
Receitas Financeiras e de Capital	195.027	-
Convênios Privados – APAE Energia	1.509.845	-
Receitas com Voluntariado	882.628	-
Convênios Privados – Modalidade Incentivo	2.101.566	-
Receitas com Contribuições de Entidades Filiadas	1.550.197	808.589
Outras Receitas Operacionais	818.333	-
Receitas com Arrecadações e Serviços	11.740	-
TOTAL	7.069.337	808.589



ORIGEM DAS RECEITAS PARA MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS

Origem dos recursos	Valor	Percentual
Recursos Próprios: decorrentes de mensalidades/doações dos membros ou associados, aplicações financeiras, arrecadações com projetos.	7.069.337	100,00%
Recursos Públicos: subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas.	-	0,00%
Total	7.069.337	100,00%

27. RESULTADO DAS DESTINAÇÕES DOS RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS

A Entidade, em atendimento a Lei nº 12.101/09, Decreto Nº 8.242/14, Decreto Nº 6.308/07 e Resolução CNAS Nº 16/10, na realização de suas atividades de assistência social (fins) demonstra a destinação dos valores destinados para as APAES realizarem suas ações sociais tanto para proteção social básica, quanto para proteção especial de média e alta complexidade.

Conforme dispõe o art. 2º da Resolução nº 006, de 15/11/2013, os Estados da Federação que não formalizaram o termo aditivo poderão receber os recursos diretamente da FENAPAES mediante a apresentação de projetos, os quais são captados através da publicação de editais emitidos pelas Federações Estaduais, que estipulam as condições e os limites para a liberação de recursos, bem como as regras para prestação de contas, de modo a garantir que o recurso ora disponibilizado seja efetivamente aplicado na realização das atividades fins das APAES beneficiadas. Após o cumprimento de todos os requisitos necessários, o recurso é liberado em até 30 dias.

Recursos aplicados em projetos em 2017	Valor
APAES conveniadas	21.344.704
Projetos Apresentados em 2016 e aprovados em 2017	2.028.647
Projetos Apresentados e Aprovados em 2017	19.316.057
APAES não conveniadas	5.776.906
Projetos Apresentados em 2016 e aprovados em 2017	16.900
Projetos Apresentados e Aprovados em 2017	2.936.778
Realização de Grandes Eventos	2.823.228
Total	27.121.610



28. COBERTURA DE SEGUROS

Com a finalidade de atender a medidas preventivas adotadas permanentemente, a FENAPAES efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros nas unidades.

Modalidade	Apólice	Seguradora	Vigência	Limite Máximo	Prêmio Líquido
Seguro Predial	0.118.11.39.602-2	Porto Seguro Cia.de Seguros Gerais	09/12/2016 a 09/12/2017	1.250.000	1.666
Seguro Predial	653319	Aliança do Brasil Seguros S/A	01/09/2016 a 01/09/2017	300.000	1.161
Seguro de Vida	000088812	Cia. de Seguros Aliança do Brasil	30/09/2013 a 01/10/2018	276.732	9.965
Seguro Predial	0.118.11.50.495-0	Porto Seguro Cia.de Seguros Gerais	09/12/2017 a 09/12/2018	1.250.000	1.647

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Com a edição da Circular Susep nº 569, de 02/05/2018 que trata sobre a operação de capitalização, as modalidades, elaboração, operação e comercialização de Títulos de Capitalização e dá outras providências, em seu § 2º do art. 42 proíbe as entidades beneficentes de assistência social atuar como subscritor de títulos de capitalização, instituindo nova modalidade para as entidades beneficentes de assistência social, cujas regras entrarão em vigor a partir de 01 de setembro de 2018 e permissão para as sociedades de capitalização operarem até 29 de dezembro de 2018 nas regras atuais.

Com relação a modalidade incentivo, em operação atualmente, cabe mencionar que a empresa Aplub Capitalização está sob intervenção da Susep conforme parágrafo seguir, e que no ano de 2017 houve o encerramento dos produtos: ABC Cap Legal, Cajucap, Cap Legal, Minas Cap Uai, Super Cap, Sudoeste Goiano, Super Minas Cap e Pernambuco Extra.

A administração tem conhecimento da intervenção da Susep na Aplub Previdência desde 2015, decorrente operação da Polícia Federal denominada de “Operação Trevo”. A Aplub Capitalização, que é controlada da Aplub Previdência, desde 2013 é a principal parceira da Fenapaes na angariação e repasse de contribuições para financiamentos de projetos sociais nas FEAPAES e filiadas, a qual também estaria sob intervenção nos termos do art. 1º da Portaria Susep nº 7109, de 26 de abril de 2018. A intervenção indica incerteza de continuidade operacional desta empresa, caso isso ocorra, as operações entre a **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES** e a Aplub Capitalização podem sofrer reflexos operacionais.

Estes assuntos estão sendo analisados pela Diretoria Executiva juntamente com a área jurídica da Federação.

... // ...

